

#### IV. RESENHA

**SCOTT, JAMES C. *AGAINST THE GRAIN: A DEEP HISTORY OF THE EARLIEST STATES*. NEW HAVEN: YALE UNIVERSITY PRESS, 2017, 336P. ISBN 978-0300182910.**

*Uiran Gebara da Silva*<sup>1</sup>

James C. Scott já é um acadêmico bastante renomado, com uma longa e profícua carreira como professor de Ciência Política em Yale. A partir de uma perspectiva disciplinar que abrange tanto a Antropologia quanto a Ciência Política, ele desenvolveu uma sólida obra de investigação de sociedades camponesas do século XX. Uma obra que, tendo como objeto inicial de observação as comunidades rurais do sudeste asiático e a busca pelas razões que as levavam a rebeliões (Scott, 1976), resultou na elaboração de um modelo sobre a agência e a resistência de comunidades rurais à dominação dos grandes proprietários ou dos aparatos de governo (Scott, 1985, 1990, 1998). O modelo de Scott se tornou bastante influente, inclusive entre estudiosos da Antiguidade,<sup>2</sup> e passou a ser utilizado para pensar de forma mais ampla e generalizada a relação entre classes subalternas e classes dominantes, assim como o papel do Estado nessa dinâmica. No seu livro de 2017, ele ultrapassou algumas fronteiras disciplinares, embrenhando-se nos árduos territórios da História Antiga, da Arqueologia e da Paleontologia e se arriscou a escrever sobre as origens da agricultura e do Estado. Já no prefácio Scott explica que o livro é resultado de seu esforço para se atualizar sobre os debates recentes nessa área, uma atualização que resultou numa quase total revisão do que ele acreditava saber.

Na introdução, *A narrative in tatters: What I didn't know*, Scott apresenta suas questões iniciais e faz uma síntese das transformações que aconteceram no corpo de conhecimento produzido nas últimas décadas a respeito da origem da agricultura e do Estado. Aqui, o autor define seu livro como uma

---

<sup>1</sup> Professor de História Antiga da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: uirangs@hotmail.com.

<sup>2</sup> Por exemplo, Kathleen McCarthy (2000) e Norman Yoffee (2013).

espécie de “história profunda” (*deep history*) que articularia esses fenômenos que pensamos sociais com a relação que o ser humano tem com o meio ambiente, lançando mão de escalas de tempo e espaço mais amplas do que o usual nesse tipo de investigação. Ele define o seu recorte cronológico e espacial potencial tendo como foco fundamentalmente as sociedades na Mesopotâmia e no Nilo da Antiguidade, contudo, por meio da análise comparativa, esse recorte acaba abrangendo uma história global das sociedades pré-industriais. Scott também introduz alguns dos conceitos fundamentais do livro, como uma nova maneira de pensar a domesticação, a transitoriedade e fragilidade do Estado pristino e o aumento da importância da abordagem histórico-ambiental nesse campo de estudos.

No capítulo 1, *The domestication of fire, plants, animals and ... us*, Scott descreve de forma cuidadosa algumas das mudanças importantes que aconteceram no conhecimento produzido sobre o domínio do fogo, o surgimento da agricultura e a domesticação de animais. Embora neste capítulo ele defina todos estes processos como domesticação, é só no capítulo seguinte que ficarão claras as razões desta escolha conceitual. Ele começa pela produção recente a respeito do domínio do fogo e propõe que este primeiro elemento de domesticação teria sido fundamental para o processo evolutivo dos hominídeos, modificando reciprocamente os hábitos e a dieta do ser humano, e para o desenvolvimento, num plano social, da domesticação da natureza pelos grupos humanos. Sobre estas bases, o autor apresenta como vem ganhando força a tese sobre as zonas úmidas (*wetlands*), um modelo que inverte o sentido da causalidade entre agricultura, concentração populacional e sedentarismo. Argumentando a partir do caso mesopotâmico, propõe-se agora que nas regiões de aluvião dos grandes rios uma forma de protoagricultura, a coleta com redistribuição de sementes num ambiente bastante fértil, teria primariamente causado a sedentarização. Posteriormente, a prática agrícola propriamente dita teria se desenvolvido motivada por mudanças climáticas e pela diminuição da área inundada nas aluviões, assim como pelo aprendizado nesse período. Questionando a longa temporalidade dessa protoagricultura e do próprio período inicial da agricultura, Scott aponta a necessidade de não ver o desenvolvimento dessas práticas como uma via de mão única, defendendo a hipótese de que as sociedades caçadoras e coletoras do neolítico adotaram e abandonaram as

práticas de domesticação das plantas muitas vezes nesse período de 8 mil anos anterior ao aparecimento do Estado e ao registro escrito.

No segundo capítulo, *Landscaping the world: The domus complex*, inspirado numa proposta de Ian Hodder (1991), Scott subsume todos aqueles processos à noção de domesticação, o que ele denomina o “complexo da *domus*”. A *domus*, ou a criação de um ambiente artificial de cultivo e que seleciona algumas variações de espécies de grãos e animais, resulta ao mesmo tempo em controle, no sentido de domar os processos, e na constituição de relações recíprocas e na domesticação dos seres humanos. Essa domesticação, especula Scott, alteraria não apenas o comportamento social do ser humano, mas também sua evolução física. Os animais e as plantas estabelecem com o homem relações de dependência em que o próprio ser humano é domesticado e passa a servir ao processo evolutivo dessas espécies. Um processo que Scott associa à especialização e a uma diminuição do conhecimento sobre o mundo natural mais amplo da caça e da coleta, assim como a uma subordinação da temporalidade de desenvolvimento anual de um conjunto específico de plantas e animais.

No capítulo 3, *Zoonoses: A perfect epidemiological storm*, o autor tenta responder a um paradoxo criado pelas pesquisas recentes que problematizaram a identificação das sociedades caçadoras-coletoras com a mera subsistência. Perante a dieta mais limitada baseada em grãos e a maior demanda de trabalho árduo diário em oposição às atividades intensas mas com maiores intervalos e inúmeras vantagens nutricionais da caça e coleta (Sahlins, 1972), por que a opção dessas comunidades neolíticas pela agricultura? A sua resposta está no campo da epidemiologia. Com o desenvolvimento, na Mesopotâmia, do que ele chama de campo multiespécies de reassentamento neolítico tardio, criam-se núcleos de convivência de seres humanos, animais e plantas que serviriam de polos de desenvolvimento de outros seres: vírus, bactérias e parasitas. Seriam as condições propícias para o que ele chama de uma tempestade epidemiológica perfeita. Para Scott, o impacto inicial disso, em bases puramente especulativas, seria a manutenção do crescimento populacional sob xeque, com uma lenta e progressiva inversão populacional em favor dos primeiros cultivadores sobre os caçadores-coletores, causado, por um lado, pela maior suscetibilidade dos últimos às epidemias e, por outro, pela maior taxa de natalidade do modo sedentário de vida.

Em *Agro-ecology of the early state*, o quarto capítulo, Scott começa a explicitar as conexões do livro com o seu próprio trabalho anterior. Aqui e nos próximos capítulos se vê uma curiosa via de mão dupla entre as ideias de Scott (como as de seu *Seeing Like a State*, 1998) e de sua recepção por estudiosos do surgimento do Estado, como Norman Yoffee, em que as ideias destes últimos passam a retroalimentar o trabalho do próprio Scott. A discussão apresentada sobre como o contexto geográfico e ecológico de certas áreas seria propício ao desenvolvimento do Estado puramente como uma estrutura de apropriação da produção rural (e, portanto, de exploração dos produtores diretos) por grupos especializados ligados a funções de gestão e proteção daquelas comunidades. Assim, a produção agrária baseada em grãos é necessária por sua maior possibilidade de ser contabilizada e coletada por um centro de poder, diferentemente de outras formas de produção, como tubérculos ou raízes. Não se trata apenas da produção de excedentes, mas sim de excedentes contabilizáveis e coletáveis. O Estado é uma máquina populacional que estimula o crescimento e concentração de corpos e exerce domínio sobre essa população crescente. Assim, os muros e muralhas servem a um duplo propósito, proteger dos estrangeiros e dos saques de grupos predadores baseados mais no pastoreio do que na agricultura, mas também para manter sob controle os produtores diretos de grãos. Adicionalmente, a escrita só surgiria nesses contextos intimamente ligada às funções de manutenção de registros e legibilidade, consolidando simbolicamente e administrativamente o Estado.

Seguindo as hipóteses do capítulo anterior, em *Population control: Bondage and war*, Scott apresenta como as preocupações com a aquisição e o controle populacional estão na raiz das práticas estatais: atrair pessoas e mantê-las sob o domínio do núcleo de poder para produzir excedentes coletáveis. Aqui Scott analisa as formas pelas quais o Estado pristino teria refinado as práticas pré-existentes da escravidão ou da submissão (*bondage*)<sup>3</sup> na Mesopotâmia (com uma obrigatória reflexão sobre a conveniência de se denominar ou não as formas de submissão na Mesopotâmia como escravidão), no Egito e na China. A guerra como forma de criação de escravos e a dimensão de contabilidade das sociedades

---

<sup>3</sup> Optei por esta tradução do conceito de *bondage* para evitar tanto torná-la sinônimo de escravidão quanto de servidão ou de dependência, traduções comuns mas que a meu ver se referem a aspectos diferentes e mais particulares do que o teor mais geral que tal noção assume no livro de Scott.

com Estado são apresentadas como elementos centrais no processo de desenvolvimento dessas sociedades, nas quais escravidão e a submissão são pensadas, seguindo ideias de V. Gordon Childe, também como uma forma de domesticação para o trabalho árduo necessário para a sustentação dos complexos estatais.

Talvez a parte mais instigante do livro, nem tanto pela originalidade, mas pela visão de síntese e capacidade de convencimento, o sexto capítulo, *Fragility of the early state: Collapse as disassembly*, apresenta uma visão da história da civilização a contrapelo (*against the grain* no idioma original). Aqui, o Estado não é um marco político e social sem volta, mas uma forma de organização social bastante frágil e suscetível a inúmeras formas de colapso. Ao analisar o que chama de “morbidade do Estado inicial”, ele apresenta um conjunto de males dessa estrutura: as doenças, devastações populacionais resultantes do sedentarismo; “ecocídio”, a destruição do ambiente resultante de desflorestamento e de salinização do solo; e o “politicídio”, isto é, os conflitos sociais resultantes de guerras externas e da exploração interna do núcleo agrícola. Para Scott, a pergunta real deixa de ser a razão pela qual os Estados prístinos caíram e passa a ser o porquê de uns poucos deles conseguirem durar alguns séculos. Por causa dessa visão a contrapelo, a história dessas primeiras sociedades agrárias é vista pelo viés da dificuldade em se manter essa estrutura de poder, o Estado. A história que vai das primeiras experiências de cultivo até a consolidação do Estado é apresentada como a existência paralela de diferentes modos de produção (coletores, pastoris e agrários) e de diferentes formas de organização (comunitária, tribal, estatal). Adicionalmente, a transição de uma formação social por entre essas diferentes formas organizacionais é entendida nos termos de intensificações seletivas, graduais e imperfeitas, com grandes chances de retomada das formas consideradas mais fundamentais (quando o estado colapsa, as comunidades tendem a se reorganizar em formas de tribos pastoris ou aldeias autônomas). Valoriza-se, assim, as múltiplas possibilidades históricas das comunidades humanas que outras narrativas tornaram invisíveis.

O derradeiro capítulo, *The golden age of the barbarians*, é de várias maneiras o corolário do anterior. Nele, Scott vai desenvolver a ideia de múltiplas possibilidades históricas das sociedades antigas tomando como objeto os bárbaros, que a narrativa que tem como centro a “civilização” (as sociedades com

Estado, hierarquia social e escrita) sempre apresenta como um epifenômeno. Aqui os bárbaros são apresentados como povos com organizações sociais e culturais complementares às sociedades com Estado. Essa “penumbra bárbara” é observada a partir da geografia e da ecologia correspondentes a seus modos alternativos de organização social e, da mesma forma, Scott produz uma coerente economia política das organizações tribais, baseada na prática de *raiding* e na relação dialética com as rotas de comércio e com os núcleos produtores de grãos taxáveis. Estados e bárbaros são assim definidos como irmãos gêmeos invertidos, pois os bárbaros existem nas inúmeras lacunas do poder estatal e vivem daquilo produzido pelo núcleo produtor de grãos e das riquezas extraídas e circuladas pelas rotas comerciais. Por causa disso, Scott termina o livro defendendo que o período de existência do Estado pré-industrial, das suas primeiras versões na Antiguidade até a sua versão tributária na Idade Moderna inicial, teria sido uma Era de Ouro para os bárbaros.

O ensaio de James Scott sobre as origens da agricultura e do Estado, ao sintetizar resultados e conclusões produzidos nas últimas décadas sobre esses dois processos, avança algumas propostas e hipóteses desafiadoras de perspectivas estabelecidas desde o começo do século XX. Há dificuldades, claro. Muitas das suas hipóteses sobre o processo de desenvolvimento da civilização dependem de forma demasiada de argumentos especulativos, como é o caso do suposto impacto das doenças no crescimento populacional do neolítico ou o caráter puramente “parasita” do Estado pristino. Ainda assim, a contra-história da civilização que ele apresenta, baseada em uma visão coerente do metabolismo compartilhado entre as sociedades humanas e o mundo natural, tem o mérito de desvelar as formas alternativas de organização social (não-estatais) e a coexistência delas (pacífica e conflituosamente) com as sociedades com Estado. *Against the Grain* é, portanto, um ótimo ponto de partida para repensar as temporalidades e espacialidades da Antiguidade da humanidade, permitindo questionar a ideologia do progresso que usualmente acompanha as narrativas sobre o nosso passado.

Resenha recebida em 13.02.2019, aprovada em 20.02.2019.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Hodder, I. *The Domestication of Europe*. Oxford: Wiley, 1991.

McCarthy, K. *Slaves, Masters and the Art of Authority in Plautine Comedy*. Princeton: Princeton University, 2000.

Sahlins, M. *Stone Age Economics*. London: Routledge, 1972.

Scott, J. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven: Yale University, 1976.

Scott, J.C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

\_\_\_\_\_. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.

Yoffee, N. *Mitos do Estado Arcaico: Evolução dos Primeiros Estados, Cidades e Civilizações*. São Paulo: Edusp, 2013.